



.VI

Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos
no Algarve, em época romana

Carlos Fabião*

Resumo

No conjunto da obra pioneira de cartografia arqueológica do Algarve realizada por Estácio da Veiga, o tema da produção de preparados de peixe constituiu um elemento destacado, sobretudo por se tratar de um tema habitualmente pouco explorado. O facto de o Algarve viver nos meados e segunda metade do séc. XIX um período de particular florescimento das pescas explicará a atenção que o autor lhe concedeu.

Legou-nos um levantamento extenso de locais com unidades de produção de preparados de peixe de época romana que, no entanto, presumia remontarem a épocas anteriores.

No essencial, a perspectiva de Estácio da Veiga era a da existência de uma longuíssima tradição de exploração de recursos marinhos, que os romanos se tinham limitado a aproveitar e continuar. Esta interpretação, que atravessa outros domínios da sua obra, insere-se no paradigma romântico / nacionalista de rejeição do período romano, entendido como um hiato entre os primitivos lusitanos e os portugueses de época medieval, igualmente presente em outros autores da sua época.

Contudo, a dimensão positivista da sua obra, manifestada sobretudo nos métodos, constitui um inestimável legado, pelo volume de informação concreta, devidamente registada e cartografada.

Apresenta ainda interessantes interpretações sobre as causas da destruição de muitas das unidades de produção de preparados de peixe, atribuídas a causas naturais abrasão marinha, na senda das propostas da moderna geologia, e não a terremotos e outras catástrofes, como habitualmente se fazia.

Abstract

Within the pioneer work of Algarve's archaeological cartography undertaken by Estácio da Veiga, the Ancient fish salted industry issue plays a relevant role, for it was not a fashionable subject in his times. The peculiar XIX century's Algarve economic conjuncture, with a growing and successful fishing industry might explain the reason why he had paid such an attention. His huge survey of Algarve's coastal areas produced several sites recognition with fish processing factories dating from Roman times. Nevertheless, Estácio da Veiga thought that all the remains of that powerful Ancient industry dated from an earlier period which continued to be used in Roman times. He worked within XIX century's Romantic / Nationalist paradigm, which despise the Roman period, seen just as an historic intermission between the Lusitanian ancestor's ages and the medieval Portuguese times. That point of view is actually conspicuous in Veiga's works, as in other authors of that period. But, the positivist method he used give us a large and comprehensive well recorded data base on fish salted Roman industries still very useful, despite its peculiar opinions.

Estácio da Veiga's interpretation on the causes of coastal sites destruction was particular interesting, as he blames the natural continuous destruction by the ongoing sea, in the path of the emerging modern Geology, and not the traditional one, claiming that great earthquakes and catastrophes should be responsible for those destructions.

* UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Alameda da Universidade. 1600-214 Lisboa

“(…) De todos esses descobrimentos tratarei eu porém nos subsequentes livros d’esta obra, se a vida para tanto me chegar, e o paiz não tiver de ser administrado por governos mal intencionados e nocivos (...)”

Veiga, 1887: p. 340

Tratar da perspectiva de Estácio da Veiga sobre outros temas algarvios, que não os dedicados à Pré-História da região, constitui tarefa complexa, um tanto ingrata e, de certo modo, injusta. Ao longo dos anos em que empreendeu a sua ciclópica tarefa de levantamento da *Carta Archeologica do Algarve*, observou, cartografou, desenhou, recolheu elementos e escavou uma infinidade de sítios, desde a ribeira de Odeceixe até Alcoutim, no interior, de Aljezur a Vila real de Santo António, no litoral, do antigo reino do Algarve e, o que não é menos relevante, ensaiou uma síntese geral sobre a ocupação humana na região, a que chamou *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. O plano da obra era vasto e ambicioso, com o arrojo e desmedida próprios de quem se abalançou a esta imensa obra pioneira. Contudo, como receava já em 1887, não lhe chegou a vida para tanto. Os primeiros quatro tomos das *Antiguidades* foram concluídos e publicados, ocupando-se de temas Pré-Históricos, ou, mais precisamente, *Paleoetnológicos*, para usar a expressão que preferiu adoptar. Mas, sobre o que chamou *Tempos históricos* apenas algumas notas ficaram, a par do imenso manancial de referências cartográficas, plantas e desenhos. Assim, se resulta praticável uma análise concreta e objectiva das perspectivas de Estácio da Veiga sobre os temas pré-históricos, mais difícil se torna trabalhar no que poderiam ser as suas ideias sobre outras épocas. Estamos, neste domínio, limitados à indagação do que poderiam ser os fundamentos das suas teses, através de notas soltas, deixadas nas páginas publicadas.

No entanto, por me parecer que o contributo de Veiga para o estudo da exploração dos recursos mari-

nhos foi (e é) deveras relevante e por me parecer também que, com alguma segurança, podemos depreender qual seria o sentido do seu discurso, resolvi aceitar o amável convite que me foi endereçado pela organização deste encontro.

1. As razões da valorização do tema

Nos pioneiros trabalhos de levantamento arqueológico empreendidos por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891) no Algarve, recebeu particular destaque o tema da exploração dos recursos marinhos, na Antiguidade, ou, para ser mais preciso, o registo sistemático dos locais onde se conservavam restos de tanques revestidos com argamassas de cal, visando a sua impermeabilização, que foram usados para a confecção dos preparados de peixe: cetárias.

Na realidade, o tema não era completamente novo no âmbito dos estudos sobre a antiga Lusitânia. O Humanista André de Resende, na obra consagrada às Antiguidades da Lusitânia, dedicou brevíssima nota à pesca dos tunídeos e aos vestígios das estruturas usadas na sua transformação em complexos condimentos alimentares, partindo da observação do sítio arqueológico de Tróia, na foz do rio Sado: “*Subsistem ainda hoje no litoral de Tróia os próprios tanques de salga feitos na antiguidade de argamassa signina*” (Resende, 1593 [1996]: fl. 195, p. 193). Contudo, em toda a restante obra não se encontra qualquer outra menção a tanques análogos e, nas páginas dedicadas ao território algarvio, nenhuma referência se faz a uma eventual exploração de recursos marinhos. De igual modo, nenhum dos autores que se debruçou em concreto sobre o antigo Reino do Algarve (de aquém), alude a qualquer exploração antiga. Omissão tanto mais significativa quanto poderíamos ser levados a atribuir os silêncios de Resende a um menor conhecimento que teria desta região. De facto, nem Frei João de S. José, que até se ocupa com algum detalhe do tema da pesca do atum, na sua *Corografia do Reino do Algarve*, de 1577, nem Henrique Fernandes Serrão, que tantas informações dá sobre vestígios de antigas ocupações humanas, na sua *Historia do Reino do Algarve*, de c. 1600, mencionam sequer, para as zonas litorais, a presença de vestígios de

tanques que pudessem sugerir a existência destas remotas actividades – para as obras destes autores, veja-se Guerreiro; Magalhães, 1983.

Assim, pode dizer-se que um dos aspectos mais notáveis do labor de Estácio da Veiga sobre o tema das pescarias antigas é, desde logo, o seu carácter profundamente inédito. Estácio da Veiga partiu de um vazio absoluto, para preencher com pontos o mapa das costas algarvias, registando as estruturas de produção de preparados de peixe que pôde observar. A atenção concedida a este tema, na segunda metade do século XIX, não deixa de causar alguma perplexidade, visto não fazer parte do habitual repertório dos assuntos abordados, por quem se dedicava à observação dos vestígios materiais do passado. Houve, seguramente, uma forte razão para que as pescarias antigas suscitassem no autor esta curiosidade, que, creio, se deverá procurar na conjuntura específica em que viveu. Estácio da Veiga atendeu à relevância das pescarias antigas, porque o Algarve que conheceu registava uma pujante actividade pesqueira. A título de exemplo, vale a pena citar dois belíssimos textos que, embora tenham sido publicados um pouco mais tarde que as Antiguidades Monumentaes do Algarve, nos dão uma boa imagem do ambiente das pescarias algarvias da segunda metade do século XIX e inícios do XX:

“O Negrão, aproximando-se do meu grupo, para falar com o mestre da companhia, bradou-me: -“Agora vou mostrar-lhe um quadro da mitologia (...) Depois de falar com o mandador, o Negrão gritou para a ré da barca: - “Bem, se não há mais nenhum, que venha cá o Serafim...” -“O Serafim, o Serafim!” pôs-se a clamar quase em coro a marujama, um rapaz atarracado, embezerrado e arruivado, como que lhe veio nos braços, pela amurada fora, até onde o Negrão estava. E ouvi este que lhe dizia: - “Não quero desculpas; é para já...” Então o rapaz, depois de olhar entre envergonhado e receoso para o meu grupo, principiou a despir aquela quantidade de trapalhada em que os pescadores se envolvem, mesmo de Verão, quando vão para o mar. E apareceu bem proporcionado e forte, com um tronco de coiraça grega, abaulado no peito e estio no ventre, os quadris estreitos, mas as coxas volumosas e de formidável musculatura. Tirante os pulsos, o pescoço e os pés, que andavam tostados do sol, todo ele era de uma brancura mar-mórea. De pé, na borda da lancha, erguendo os braços e

juntando as mãos, tomou um leve balanço e jogou-se na água, sumindo-se entre os peixes.

Mas em poucos segundos ele surgia, quase na extremidade oposta do copo, montando um enorme atum, que, para se desembaraçar da estranha carga, entrou a correr vertiginosamente, saltando sobre o outro peixe que lhe impedia a passagem, ou mergulhando subitamente, para reaparecer alguns metros mais longe, sempre com o tritão às costas, agarrado com a mão esquerda a uma das alhetas, agitando a outra mão no ar, e dando gritos de triunfo. O rapaz estava transfigurado, resplandecia de audácia e mocidade, entre as grandes salsadas de água rubra que lhe lambiam o corpo, e luzia ao sol, como um vivo mármore cor-de-rosa.

Animados pelo exemplo, outros rapazes se atiravam à água, para cavalgar os peixes, mas nenhum tinha a segurança heróica, nem a graça helénica do Serafim.”

Manuel Teixeira Gomes, *Uma copejada de atum*, In: *Agosto Azul*, 4ª ed., Venda Nova: Bertrand, 1984, p. 123-133 (131-132 para este excerto), original de 1926.

“Os barcos estão cheios de peles luzidias e de manchas gordurosas de sangue. São bichos enormes e escorregadios, de grossa pele azulada, que batem pancadas sobre pancadas com o rabo. A gritaria aumenta: - Eh! Eh!... – É uma mixórdia que me cansa. Só vejo manchas sobre manchas, sobrepostas, a cor e o movimento, a cor dos homens, a cor dos grandes peixes que se debatem e morrem, e a agitação que se precipita e acelera os gestos confundidos. E sobre tudo isto um grito, um grito de triunfo, o grito da man-tança que explode, numa alegria feroz, a alegria primitiva: - Eh! Eh!... – num quadro imutável, todo vermelho e negro. Agora a vida atinge o auge. Alguns pescadores saltam para dentro do copo com água pela cinta, e um, que é arrastado e cai, monta num atum, como um velho deus marinho, e escancara a boca de riso... Cheira a açougue. A água tingese de sangue, a água pegajosa encharca os barcos.”

Raul Brandão, *Os pescadores*, cit. In: Sant’anna Dionísio, *Guia de Portugal II. Estremadura, Alentejo e Algarve*, Lisboa: BNL, 1927, p. 207-208, original de 1923.

Estes textos, para lá do seu valor literário, constituem páginas eloquentes sobre a chamada “*verdadeira tourada marítima*” – para usar uma expressão de Fialho de Almeida – que era a pesca do atum, com armação, no Algarve, certamente não muito diferente da que se verificava, por esta mesma época, nas costas da Andaluzia

ou no Norte de África. Era este mundo épico, de grandes copejadas, que mobilizavam multidões de pescadores, acompanhados das suas famílias, envolviam também os lavradores locais, empenhados em alimentar toda essa gente, e uma buliçosa actividade comercial. Para todos, era uma realidade extremamente lucrativa, que animava a economia algarvia dos meados de oitocentos. Embora as estatísticas oficiais só tenham séries contínuas a partir de 1896, sabemos que em duas armações da zona de Tavira, a do Medo das Cascas e a do Barril (ou Três Irmãos), se registaram avultadas capturas no período compreendido entre 1846 e 1881, ano absolutamente excepcional, pela riqueza das suas pescarias. A actividade era intensa e altamente lucrativa, sobretudo neste período. A título de exemplo, refira-se que a *Companhia das Pescarias do Algarve*, constituída em 1835, em somente doze anos, viu crescer de um modo impressionante - 740% (setecentos e quarenta por cento!) - os dividendos das suas acções, no período compreendido entre 1875 e 1886 (Rodrigues, 2003: 155-161). A relevância económica desta actividade suscitou um interesse generalizado, de onde haverá a destacar os estudos realizados pelo próprio rei D. Carlos, entre outros trabalhos de investigação, ou ainda uma abundante e dispar literatura, de entre a qual destaquei os dois excertos atrás citados.

Foi neste Algarve de grandes copejadas da atum e de nascimento da moderna indústria conserveira, que nasceu e trabalhou Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891). Assim se percebe porque razão entendia o sábio balsense que a exploração dos recursos marinhos constituía, desde sempre, uma importante actividade económica do seu Algarve natal. Entende-se, também, como, neste cenário de pescadores/tritões, que cavalgam atuns, em cenas mitológicas, como escreveu Manuel Teixeira Gomes, também ele um algarvio, poderia imaginar longuíssimos nexos de continuidade unindo as pescarias primitivas e as dos seus tempos. Sublinhe-se que esta perspectiva se encontraria, para além do mais, em perfeita sintonia com as noções de Estácio da Veiga sobre a dinâmica das sociedades humanas no ocidente da Península Ibérica. Sabemos hoje que não foi bem assim e que a história das pescas algarvias constitui um conturbado processo, onde alternam períodos de grande prosperidade, com outros de profunda recessão,

crise e abandono. Mas, repito, não era assim nos tempos de Estácio da Veiga, pelo que se compreende a atenção dedicada ao tema e a naturalidade com que encarou a omnipresença dos vestígios de transformação de pescado nas zonas costeiras do seu território de estudo. Afinal, uma tal dispersão em pouco diferia da geografia das armações de pesca do atum, registada no seu tempo.

Consciente da importância desta actividade económica, Estácio da Veiga limitou-se a estar atento à presença de antigos vestígios de ocupação humana na orla litoral e a registar, com a atenção e rigor que lhe eram característicos, as diversas ocorrências de tanques e complexos com tanques, indicadores da actividade de transformação do pescado.

2 - O Inventário de Estácio da Veiga

O metucioso e exaustivo levantamento empreendido pelo investigador algarvio, consubstanciou-se num conjunto numeroso de registos, materializados em pontos no mapa sobre o litoral que, desde logo, conferiu especial destaque a esta região, no âmbito do Império Romano. A densidade dos lugares com cetárias era grande e anda maior pareceria, por não se ter verificado pesquisa análoga em outras paragens.

Em termos práticos, não resulta fácil apurar os antecedentes do trabalho de levantamento que Estácio da Veiga realizou no litoral algarvio. Não sabemos quais terão sido os primeiros casos observados e que eventualmente o teriam alertado para a busca de realidades similares – embora possamos admitir ter sido na área da antiga cidade de *Balsa*, justamente o local onde se iniciou a sua actividade arqueológica no Algarve -; tal como não sabemos aquilo que já conheceria, antes de partir para o seu trabalho de campo, realizado num período de tempo impressionantemente curto, atendendo ao volume do registado (entre escavações e reconhecimentos de ordem vária), tal como não sabemos o quanto dessa informação se poderia ter devido ao contributo dos seus informadores locais (Pereira, 1984). Resulta evidente, porém, que se tratou de uma pesquisa muito ampla, abrangendo a totalidade do litoral algarvio, desde o Beliche e Ilhéu da Baleeira, as realidades mais ocidentais (ainda

que de problemática interpretação), até aos conjuntos de Quinta do Muro e Cacela, no Sotavento, já na área do actual concelho de Vila Real de Santo António e, aparentemente, já estaria em boa parte realizada em 1880, quando publicou a *Memoria das Antiguidades de Mértola – referindo-se a um tanque, com revestimento de opus signinum, escreveu “(...) não é tão provável que fosse tanque de salga de peixe n’um logar 68 kilometros desviado do oceano, como indubitavelmente foram os muitos que verifiquei em toda a costa meridional do Algarve.”* (Veiga, 1880: 121).

A simples comparação entre a dispersão destes vestígios e as ocorrências similares nas costas da Andaluzia Ocidental, a nordeste de Cádiz, registadas na carta publicada por Ponsich e Tarradell, quando muitos anos tinham já decorrido sobre os trabalhos de Veiga, sublinha bem a relevância da obra realizada, tal como a com-

paração entre a informação hoje disponível, com mais de um século de investigação posterior, envolvendo múltiplos autores, e a divulgada na *Carta Archeologica do Algarve*, demonstra o carácter exaustivo do levantamento feito. Não é, por isso mesmo, gratuito, ou mero panegírico, considerar que a obra estaciana possui uma evidente perenidade, logo assinalada, repito, na pioneira obra de M. Ponsich e M. Tarradell (Ponsich, Tarradell, 1965), actualizada, depois, pelo primeiro destes autores (Ponsich, 1988), ainda hoje, incontornável referência dos estudos dedicados à exploração antiga de recursos marinhos, e repetida em obras mais recentes (Santos, 1971-2; Edmondson, 1987; Ponsich, 1988; Étienne; Makaroun; Mayet, 1994; Fabião, 1994 e 1997; Lagóstena Barrios, 2001; Étienne; Mayet, 2002), que nem sempre fizeram justiça à seriedade e rigor do registo de Estácio da Veiga.

Locais com cetárias (conservadas ou não)	Locais com cetárias referidos por Estácio da Veiga
1 - Beliche (?)	Construção isolada
2 - Ilhéu da Baleeira (?)	Povoação extinta ou arrasada
3 - Salema	Descoberta de objectos reunidos
4 - Boca do Rio	Povoação extinta ou arrasada *
5 - Burgau	Povoação extinta ou arrasada *
6 - Senhora da Luz	Povoação extinta ou arrasada *
7 - Lagos	Tanque de salga *
8 - Vau	Romano *
9 - Portimões (Casinha dos Mouros)	<i>Portus Haniballis</i> *
10 - Baralha 2	Povoação extinta ou arrasada
11 - Ferragudo	Povoação extinta ou arrasada
12 - Armação de Pera (Pera de Baixo)	Povoação extinta ou arrasada *
13 - Serro da Vila	Povoação extinta ou arrasada
14 - Praia de Quarteira	Povoação extinta ou arrasada *
15 - Loulé Velho	Povoação extinta ou arrasada *
16 - Quinta do Lago	----
17 - Faro	----
18 - Olhão	----
19 - Quinta de Marim	<i>Statio sacra</i>
20 - Torre de Aires / Quinta das Antas	<i>Balsa</i> *
21 - Quinta do Muro / Cacela	Povoação extinta ou arrasada *

A este respeito, creio que a melhor forma de sublinhar o carácter perene da obra de Veiga passará pela apresentação gráfica comparada dos locais onde sabemos terem existido cetárias e aqueles que se encontravam já registados nos seus trabalhos. Para a elaboração da coluna da esquerda, socorri-me do levantamento realizado já há alguns anos e, para não sobrecarregar excessivamente o texto, remeto o leitor interessado para as referências ali coligidas (Fabião, 1994).

Este quadro merece, naturalmente, alguns comentários breves. Em primeiro lugar, nem no Beliche, nem no Ilhéu da Baleeira [1 e 2] Estácio da Veiga menciona a presença de cetárias, que, na realidade, não se encontram suficientemente confirmadas. O. da Veiga Ferreira assinalou ambos locais como estabelecimentos de salga (Ferreira, 1966-1967), o que tem alguma verosimilhança, atendendo à sua localização. Assim, até à realização de mais conclusivos estudos, convém manter alguma reserva sobre esta informação, embora não me pareça que se justifique a sua exclusão liminar. Quanto aos restantes locais, pode considerar-se sem qualquer dúvida a existência destas realidades, porque o autor as descreve e, em muitos casos, realizou levantamentos e desenhos, pelo que não se justificam as reservas expressas por alguns autores recentes, que preferiram considerar como “duvidosas” ou “inexistentes” a maioria destas referências (Étienne; Makaroun; Mayet, 1994: 100-108, Fig. 32 e Étienne; Mayet, 2002: 67-68). Trata-se, obviamente, de um hipercriticismo que radica sobretudo em real desconhecimento, da bibliografia e da geografia.

Pese embora a importância deste registo, Estácio da Veiga não teve ensejo de publicar devida e extensamente estes dados, nem as suas ideias sobre a natureza e contexto da exploração dos recursos marinhos antigos, nas costas algarvias. É certo que nos legou, ainda em vida, a *Carta Archeologica*, propriamente dita, entendida no seu sentido mais estrito, de representação cartográfica da dispersão de sítios com vestígios de ocupações antigas. Mas, mesmo nesta, as convenções utilizadas nem sempre valorizam devidamente a natureza das ocorrências identificadas, uma vez que os locais onde pôde documentar a presença de cetárias, aparecem genericamente designados como sítio onde se encontraria uma *povoação extinta ou arrasada*, o que, por si, é manifes-

tamente insuficiente para uma correcta caracterização dos locais. Para tentarmos perceber qual seria o entendimento que destas actividades tinha o pioneiro algarvio, necessitamos de respigar as brevíssimas alusões que foi deixando sobre estas estruturas ao longo dos volumes publicados das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (Veiga, 1886-1891) e dos textos preparados e publicados a título póstumo (Veiga, 1904; 1905 e 1910).

Não ficou, porém, remetido ao esquecimento todo este labor, uma vez que Mesquita de Figueiredo se ocupou do tema da pesca na Antiguidade, valorizando as recolhas algarvias, primeiro em texto dedicado aos artefactos de pesca, entretanto remetidos para o Museu Ethnologico de Lisboa (Figueiredo, 1898) e, depois, aos próprios estabelecimentos algarvios para a produção de preparados de peixe, aqui com extensa utilização da documentação gráfica levantada por Estácio da Veiga, então inédita (Figueiredo, 1906). Em ambos textos, pode dizer-se, os objectos e estruturas em análise são, na sua quase totalidade, fruto das recolhas e trabalhos de Estácio da Veiga e, principalmente no segundo, publicado em francês, no *Bulletin Hispanique*, os dados da *Carta Archeologica do Algarve*, sobre os locais com vestígios de exploração de recursos marinhos, impuseram-se, não só em âmbito nacional, como junto da comunidade científica europeia, como se depreende das múltiplas citações que este artigo conheceu.

3 – A Exploração dos recursos marinhos na obra de Estácio da Veiga

Embora seja evidente para a moderna investigação que o conjunto de cetárias identificadas por Estácio da Veiga documenta a importância da exploração dos recursos marinhos algarvios em época romana, não seria esse o entendimento que do tema fazia o autor, como haverá oportunidade de comentar, ainda que não deixasse de reconhecer a presença romana em todos esses locais.

Procurando seguir o levantamento da *Carta Archeologica*, a partir de Oeste, ou do Barlavento, sem considerar, naturalmente, os problemáticos casos de Beliche e Ilhéu da Baleeira (Veiga, 1910: 210-1), assinala, em primeiro lugar, a presença de tanques muito destruídos na

praia da Salema, sobre os quais duvida de uma cronologia romana, sugerindo que se trataria de estruturas mais antigas, talvez de época cartaginesa. Por ser suficientemente esclarecedor, vale a pena citar textualmente: "(...) *junto ao flanco esquerdo da praia da Salema muitos fundos de arrazados tanques de salga de peixe. O cimento destes tanques deixa presumir não ser romano. O artífice empregou o ferro granular (?), ou um tijolo triturado miudamente tão escuro, que não se acha entre os cimentos romanos.*" (Id.: 211). Isto é, pela descrição, o que identificou, parece ser uma banalíssima argamassa de cal, com inertes cerâmicos, o chamado *opus signinum*, que Resende sabia identificar, mas que Veiga não aceitava poder ser de época romana. Também na Boca do Rio documenta uma importante povoação romana, muito destruída pelo mar, onde há abundantes vestígios de tanques de salga de peixe, no local limita-se a registar a ocupação de época romana (Id.: 212), sublinhando mesmo que não existem vestígios de épocas anteriores (Veiga, 1887: 556).

Continuando para leste, segue-se o Burgau, onde afirma se têm destruído muitos "(...) *tanques de salga de peixe, de construção romana, ou talvez anterior. Tem também achado numerosas moedas romanas, havendo muitas do baixo-império; o que deixa ver que aquella estação ainda então existia.*" (Veiga, 1910: 218). Não deixa de ser sintomático que o autor presuma uma maior antiguidade para os tanques, sem explicar a razão, e veja nas muitas moedas tardo romanas um mero indício de pervivência do local.

No lugar da Senhora da Luz, refere a grande profusão de cetárias, e afirma: "*É mui provável que os cartagineses e os indígenas já tivessem estabelecimentos de salga de peixe; mas os romanos desfiguraram tudo quanto acharam para lhe imprimir o seu cunho romanizador.*" (Id.: 218). A suposição da maior antiguidade das cetárias resulta da verificação de uma sobreposição do edifício termal romano a alguns dos tanques, o que justificaria uma diferenciação funcional, explicável por se relacionarem (um e outros) com distintas épocas de utilização do mesmo espaço (Veiga, 1886: 210). Neste caso concreto, o autor presume que a produção das salgas de peixe e a sua exportação poderia ser uma das mais importantes actividades económicas do aglomerado e, uma vez mais também, sublinha os devastadores efeitos da abrasão marinha (Veiga, 1910: 220).

Em Lagos, descreve e desenha um tanque de salga muito destruído, que identificou junto da ermida da Senhora da Graça (Id.: 220). Trata-se, contudo, de uma ocorrência isolada, que não consegue articular com outras realidades, para lá das várias notícias de achados de moedas romanas no perímetro da cidade.

Na praia do Vau, junto de Alvor, e no lugar de Portimões, Casinha dos Mouros ou Estrumal, sob e nas imediações do Convento de S. Francisco, junto da Vila Nova de Portimão, Estácio da Veiga identificou complexos com cetárias, ambos parcialmente destruídos e inundados. Sobre o primeiro, não tem dúvidas em afirmar que se trataria de um estabelecimento mais antigo, ainda que aproveitado pelos romanos, sublinha claramente que os tanques são anteriores – "(...) *ha desde já duas conclusões a tirar: os tanques de salga não são de origem romana; o cimento dos tanques de salga não é originariamente romano*" (Id.: 226), uma vez mais, um argumento pouco consistente. A notícia sobre este complexo tem a curiosidade de incluir a menção de que ainda se conservavam restos de peixe no interior das cetárias (Veiga, 1887: 340). Já sobre o segundo complexo, o de Portimões, que encontrou também bastante destruído, atribui-lhe uma cronologia romana (Id.: 569-570).

Justamente a propósito destas duas estruturas desenvolveu Estácio da Veiga algumas das mais interessantes considerações. Em primeiro lugar, verifica aqui, uma vez mais, o que já vinha assinalando para os outros casos: o mau estado de conservação das estruturas, devida à acção do mar. Nesta caso, porém, apresenta um mais extenso comentário às circunstâncias que explicarão o facto de a maior parte destas povoações se encontrar parcialmente submersa, rejeitando claramente as explicações catastrofistas, contrapõe a acção continuada da abrasão marinha e sublinha que se tratou: "(...) *simplesmente um grande abaixamento gradual e insensível nas terras propinquas ao mar.*" (Id.: 227).

A série aqui sumariada apresenta aquilo que Estácio da Veiga definiu como uma primeira sequência de realidades do litoral. Poderemos sublinhar, como principais linhas de força, em primeiro lugar, a defesa persistente e continuada do carácter pré-romano da actividade de exploração de recursos marinhos e da construção das estruturas que lhe estão dedicadas, ainda que reconhecendo, como não poderia deixar de ser, que algumas foram, de

facto, construídas somente em período romano. Mesmo quando toda a evidência material aponta a época romana, o autor limita-se a considerá-la como uma mera continuação ou sobrevivência de uma actividade que nasceria em épocas mais remotas, defendendo persistentemente o seu carácter cartaginês ou indígena. Este traço explicativo constitui uma constante, que não deverá ser ignorada. Naturalmente, como atrás se disse, poderá resultar algo injusta a tentativa de avaliar o pensamento do autor, a partir de informações tão fragmentárias, mas creio que a coerência interna das mesmas dá sentido à ideia de que existe, realmente, uma negação do romano, como criador ou iniciador de tais actividades. Esta negação, onde se encontra implícita alguma rejeição, deve buscar-se no contexto cultural romântico de depreciação do legado romano, como algo que normaliza e procura abafar os elementos essenciais das “almas nacionais”. De facto, essa matriz cultural romântica, de origem germânica, e pendor nacionalista, está claramente presente na obra de Estácio da Veiga, como na de muitos outros autores da sua época, e convive bem com a dimensão de naturalista, igualmente manifesta, como haverá oportunidade de comentar. No seu Algarve natal, há uma cultura indígena, com influências púnicas, é certo, mas indígena a que os romanos, imperialistas e estranhos a este mundo, impuseram o seu estilo. E nem é preciso buscar o implícito, basta citar o próprio autor, e a ideia que transmite da presença romana: “(...) *desfiguraram tudo quanto acharam para lhe imprimir o seu cunho romanizador.*” (Id.: 218).

Mas, como tantas vezes sucede nos autores oitocentistas, esta matriz cultural romântica convive bem com a dimensão positivista, científica, naturalista, que é, também, um dos emblemas do século. No caso concreto, absolutamente notável é a explicação avançada para o fenómeno da abrasão marinha, como factor de justificação para o estado em que se encontravam os edifícios que albergavam as cetárias. Ponderando as duas possibilidades, o efeito de grandes cataclismos e catástrofes (e, convenhamos, até havia bons motivos para valorizar estas hipóteses explicativas, atendendo ao conhecido efeito devastador que alguns terramotos ou grandes cheias tiveram na região) ou a acção persistente dos agentes naturais de erosão, Estácio da Veiga opta deliberadamente pela segunda. Escreveu: “(...) *que causa promoveu a destrui-*

ção dos tanques e dos pontos povoados annexos em toda a costa do sul? Os geologos, geralmente, contemplando uns certos phenomenos da natureza, quasi sempre se inclinam a attribuil-os a causas violentas, como a fortes tremores de terra, a vulcões (...) Com referencia á mui regular e uniforme destruição das construções da raia do sul, penso eu de outro modo (...) Não houve pois levantamento algum do nivel das aguas, mas simplesmente um grande abaixamento gradual e insensível das terras propinquas ao mar” (Id: 226-227).

Assinale-se que, se hoje nos parece a explicação mais ou menos evidente, ou consensual, não o era de todo à época, uma vez que a chamada moderna geologia era ainda uma disciplina bem jovem, nos seus principais enunciados, recorde-se que a obra de Charles Lyell, *Principles of Geology, being an attempt to explain the former changes of the earth's surface, by reference to causes now in operation*, fundadora desta nova corrente científica, fora publicada em 1830, isto é, somente quinze anos antes de Estácio da Veiga ingressar na Escola Politécnica de Lisboa, onde efectuou os seus estudos; e que a grande reformulação da *Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino*, justamente celebrado como evento maior no desenvolvimento da Geologia como área científica, no nosso país, (e também da Arqueologia, como é sabido), datava de 1857 (Almeida, Carvalhosa, 1974). O próprio autor tinha consciência que apresentava uma proposta que não era isenta de polémica, embora a afirmasse com aquela firmeza assertiva que marca toda a sua obra (Veiga, 1910: 227). Assim, ou por curiosidade pessoal e actualização bibliográfica, ou por mérito do ensino ministrado na Escola Politécnica de Lisboa, onde Estácio da Veiga estudara, apresenta-se equipado com a mais adequada e actualizada informação científica para explicar um fenómeno, relevante para o tema da arqueologia do litoral algarvio. A pertinência das suas observações neste domínio haveria de tocar a comunidade científica e estimular outras iniciativas. De facto, nas páginas de *O Archeólogo Português*, de 1896, Paul Choffat e J. Leite de Vasconcellos publicam uma espécie de circular, solicitando aos leitores notícias sobre as eventuais alterações da linha da costa, que pudessem ser registadas, não deixando de sublinhar: “Citaremos como exemplo: (...) *em archeologia as ruínas romanas das costas do Algarve*” (Choffat; Vasconcellos, 1896: 301).

Para o Sotavento, as informações tornam-se muito mais escassas. Desde logo, porque a não se conservou a parte relativa ao suposto V Volume das *Antiguidades Monumentales* onde o tema seria tratado, mas também porque resulta evidente, pela simples consulta do quadro acima apresentado, que o investigador algarvio teria reconhecido um menor número de estabelecimentos nessa área, nove ao todo, incluindo os sítios de Quinta de Marim, identificada como a *Statio sacra* e a área das quintas de Antas e Torre de Ares, onde se localizaria a cidade de *Balsa*.

As considerações que nos deixou sobre estes locais não diferem em muito do enunciado para o Barlavento, sendo, todavia, mais escassas e menos sistematizadas, pelo que se torna necessário respigar alguma informação útil, de entre os quatro volumes publicados.

Sobre o lugar de Pêra de Baixo, fala de vestígios de tanques de salga de peixe e grandes construções cobertas pelo areal (Veiga, 1887: 368). Da Quarteira e de Loulé Velho refere somente a existência de muitas construções sepultadas pela areia (Id: 547-548), não deixando de se referir a muitas outras notícias sobre alterações verificadas nas linhas de costa. A pertinência das considerações de Estácio da Veiga sobre as rápidas transformações em que se encontra a franja litoral, ganham todo o sentido, uma vez que o estabelecimento que encontrou e reconheceu na Quinta do Muro, perto de Cacula, se encontrava já profundamente destruído, quando Figueiredo o revisitou nos inícios do século XX (Figueiredo, 1906: 118-119 e fig.6). Os sítios são quase sempre classificados como *povoação extinta ou arrasada*, sendo que, no caso de *Balsa*, o autor encontra um argumento mais a fundamentar a sua proposta de fazer recuar para tempos mais longínquos o início da produção dos preparados de peixe. De facto, nas escavações realizadas na Quinta de Torre de Ares e Antas, verificou: “*Não é somente a famosa Balsa que ficou representada n’aquelles terrenos; outros povos mais antigos precederam os balsenses. O nome tradicional Antas, ali vinculado desde tempos immemoriaes e os instrumentos de pedra tantas vezes achados nas quintas das Antas e na de Torre de Ares, bem mostram ter aquella plaga sobranceira ao rio (...) sido habitada no período neolithico*” (Veiga, 1887: 383); e “[*nos terrenos da Quinta das Antas*] e das que lhe são contíguas, denominadas Torre de Ares e Pedras d’El Rei, numerosos paredões de famosos edificios arrasados, assentes

n’um plano pouco mais abaixo, em que têm apparecido muitos machados, percutores e outros instrumentos de pedra, como significando a séde de uma população neolithica, que continuou a viver na primeira idade dos metaes” (Veiga, 1891: 107), concluindo, “*A região balsense, cuja população os romanos acharam constituída desde longa data, foi portanto primitivamente, ou muito anteriormente ocupada por um povo que fazia uso de instrumentos de pedra e de armas de cobre*” (Veiga, 1891: 108).

Este conjunto de considerações remata, afinal, essa ideia mestra de que existia uma longuíssima continuidade na ocupação humana dos sítios do Algarve, conferindo uma marcada personalidade às populações locais. A hesitação entre a proposta de uma longuíssima continuidade de ocupação ou de uma utilização do mesmo espaço, com hiatos, resulta do natural efeito de “compactação cronológica”, típica da Arqueologia europeia dos tempos anteriores ao advento dos modernos métodos de datação radiométricos.

O conjunto das considerações genéricas que Estácio da Veiga fez, relativamente aos estabelecimentos de preparados de peixe enquadram-se no que poderemos chamar a sua tese central sobre as antiguidades algarvias e que se encontra explicitamente enunciada logo no segundo volume das *Antiguidades Monumentales do Algarve*: “*Os grandes estabelecimentos de salga de peixe, **que os romanos já acharam na península**, e que por mim foram em muitos logares da costa sul verificados desde o formoso valle do Burgáo até á extensa região balsense, ocupando uma parte do flanco esquerdo do rio de Tavira junto ao sitio das Antas (...) **e não há que duvidar de que os romanos já acharam grandes cidades e nobres edificios n’esta zona meridional do reino, porque em varias construções romanas achei eu material bem faceado, e já servido em obras anteriores** (...)*” (Veiga, 1887: 340), os sublinhados, naturalmente, são da minha autoria. Isto é, a existência de uma longuíssima continuidade de ocupação, remontando a remotas eras e que se conserva nos seus traços essenciais, ainda que sucessivamente reaproveitada e reutilizada por novos senhores. Patente está essa ideia central, tão cara ao romantismo alemão, de pendor nacionalista, de que o essencial dos caracteres nacionais se desenha desde os alvares da história, sofre um hiato sob o domínio romano, para logo ressurgir em todo o seu es-

plendor na época medieval.

Mas, se este foi o quadro ideológico de referência, o seu método de trabalho era positivista. Como frequentemente refere, pretendia registar os dados, com rigor, com objectividade, independentemente das restantes considerações. E é justamente esta perspectiva que confere, em primeiro lugar, segurança e valor à informação que nos legou, e, por outro lado, a informação em si é passível de ser usada e trabalhada, em função de novos e distintos paradigmas. Este é sem dúvida, a melhor herança do positivismo: um acervo de dados rigorosamente registado.

4. Considerações finais

Que Estácio da Veiga foi um notável pioneiro da investigação arqueológica nacional, com aspectos inclusivamente inovadores, que em nada destoavam do que de mais avançado se fazia na sua época em outros países da Europa, é algo que podemos considerar como adquirido. O simples facto de se ter realizado este encontro evocativo da sua obra é suficientemente expressivo da perenidade do seu legado. O seu trabalho impressiona, pelo volume, pelo rigor e pela riqueza de informação, que fazem das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* uma obra viva, que se revisita sempre com gosto e manifesto proveito.

No tocante aos trabalhos que desenvolveu sobre estabelecimentos de produção de preparados de peixe, haverá a salientar, em primeiro lugar, o seu carácter inédito, uma vez que, como se disse, este tema não constava normalmente das agendas de investigação da época. Justamente por isso, presumo ter sido a peculiar conjuntura algarvia, de pujantes pescarias e de fabulosos proventos, no sector, que o terá feito pensar que, desde sempre, essa fora uma das riquezas algarvias.

Sobre as realidades arqueológicas, propriamente ditas, interessa salientar o cuidado e rigor posto no levantamento e a impressionante pesquisa realizada, que constitui, como já disse, legado perene, com múltiplos efeitos. Por um lado, sublinha devidamente a importância que esta actividade económica teve, na Antiguidade, na região algarvia, fornecendo um instrumento de trabalho relevante para o estudo das ocupações humanas

antigas nestas paragens, assumindo-se, também, como um importante acervo de informação a ter em conta no planeamento regional e na urgente e necessária valorização deste património, tanto mais relevante, por ser o turismo, hoje, uma das principais actividades económicas deste mesmo Algarve. Relevante, ainda, pelo acervo de informação que fornece para qualquer avaliação das transformações ocorridas nas orlas litorais durante o último século.

Naturalmente, era um homem do seu tempo. Com os paradigmas próprios da época, que só devemos contextualizar, sem recriminações ou exaltações anacrónicas. A sua valorização do indígena, do pré-romano, constituía um traço típico do pensamento romântico que convivia bem com uma perspectiva positivista, de valorização da observação, de registo e apresentação dos dados. Nesse aspecto, mais tocante é a verificação da sua percepção das dinâmicas de transformação da linha de costa, do que os seus comentários sobre a remota antiguidade da exploração dos recursos marinhos. Não devemos cair na tentação de incorrectamente apreciar o valor dos seus contributos. O facto de se verificar, presentemente, que a exploração dos recursos marinhos no extremo ocidente peninsular poder ser, de facto, algo que remonta à época pré-romana, não faz de Estácio da Veiga um visionário, alguém que percebeu antes dos demais este facto, ou que teria tido razão fora do tempo. A sua interpretação é tão-somente um erro de avaliação que, ironicamente, poderá não estar de todo errado. Mas as motivações e argumentos de que se socorreu em nada se relacionavam com o acervo de informação que permite e permitirá sempre visitar o tema. O Homem e a Obra são suficientemente grandes, para não carecerem de hagiografia e panegírico.

Nota final: No decurso do Encontro de Silves, foi publicado o volume V das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, no estado em que se encontraria à data da morte do autor, isto é, coligindo o conjunto de artigos dispersos, dados à estampa nas páginas de *O Archeólogo Português*, juntamente com os capítulos prévios que, compreensivelmente, José Leite de Vasconcellos não achou pertinente publicar. Para além da manifesta utilidade que o volume em si apresenta, é nesses capítulos iniciais que, de uma forma mais clara, podemos encon-

trar as linhas de força da perspectiva de Estácio da Veiga. De um modo muito mais explícito, ali está a exposição da longa continuidade da ocupação humana no Algarve, ali estão também explicitadas as fontes de onde bebeu os princípios da moderna geologia.

VEIGA, S. P. M. E. (2006) *Paleoetnologia Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Históricos*. (fixação do texto, notas e comentários de João Luís Cardoso e Alexandra Gradim). Silves: Câmara Municipal de Silves / Museu Nacional de Arqueologia

Referências

- ALMEIDA, F. M.; CARVALHOSA, A. B.** (1974) – Breve história dos Serviços Geológicos em Portugal, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 58, p. 239-265.
- CHOFFAT, P.; VASCONCELLOS, J. L.** (1896) – Mudança do nível do oceano. 1 Convite geral aos leitores d'ó Archeólogo, *O Archeólogo Português*, 2, p. 301.
- EDMONDSON, J.** (1987) – *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*. Oxford: BAR (IS-362).
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F.** (1994) – *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F.** (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- FABIÃO, C.** (1994) – *Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve*, In: GORGES, J-G.; SALINAS DE FRÍAS, *Les Campagnes de la Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*, Madrid-Salamanca, Casa de Velázquez, Collection de la Casa de Velázquez, 47, p. 227-252.
- FABIÃO, C.** (1997) – A exploração dos recursos marinhos. In: ALARCÃO, A. (dir) *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.
- FERREIRA, O.V.** (1966-1967) – Algumas considerações sobre as fábricas de conserva de peixe na antiguidade encontradas em Portugal, *Arquivo de Beja*, 23-24, pp. 123-134.
- FIGUEIREDO, A. M.** (1898) – Contribuição para o estudo da historia da pesca, em Portugal, na epocha luso-romana. *O Archeólogo Português*, 4, p. 53-58.
- FIGUEIREDO, A. M.** (1906) – Ruines d'antiques établissements a salaisons sur le littoral sud du Portugal. *Bulletin Hispanique*, 8 (2), p. 109-121.
- GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R.** (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Séc. XVI. Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577), Henrique Fernandes Serrão, História do Reino do Algarve (c. 1600)*. Lisboa: Sá da Costa.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L.** (2001) – *La Producción de salsa y conservas de pescado en la Hispania romana (II a C – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- LYELL, C.** (1830) – *Principles of Geology, being an attempt to explain the former changes of the earth's surface, by reference to causes now in operation*, London: John Murray, Albemarle-street.
<http://www.esp.org/books/lyell/principles/facsimile/>
- PEREIRA, M. L. E. V. S.** (1984) – *Estácio da Veiga, Cientista Algarvio, Pioneiro da Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Casa do Algarve (Estudos Algarvios XVII).
- PONSICH, M.** (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-economicos de Betica y Tingitana*. Madrid: Universidade Complutense.
- PONSICH, M.; TARRADELL, M.** (1965) – *Garum et industries antiquae de salaison dans la Méditerranée Occidentale*. Paris.
- RESENDE, A.** (1593 [1996]) – *As Antiguidades da Lusitânia, Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, J. M. V.** (2003) – A pesca do atum na economia do Algarve, *Al-Ulyã*, 9, pp. 131-178.
- SANTOS, M. L. E. V. A.** (1971 – 1972) – *Arqueologia romana do Algarve. Subsídios*. 2 vols., Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- VEIGA, E. VEIGA, S. P. E. da,** (1880) – *Memoria das Antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, E. VEIGA, S. P. E. da,** (1886-1891) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Paleoethnologia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. E. da,** (1904) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 9, p. 202-210.
- VEIGA, S. P. E. da,** (1905) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 10, p. 6-14.
- VEIGA, S. P. E. da,** (1910) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.